

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A – CEASA CE.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em Reais)**

1. Informações gerais

Senhores Acionistas, Conselheiros e Diretores apresentamos as demonstrações contábeis da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA CE. relativo ao exercício de 2020, com observância às disposições estatutárias e em conformidade à Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

A CEASA/CE é responsável pela segurança alimentar e pelo abastecimento de todo o Estado do Ceará e parte dos estados do Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. Reforçando sua linha de atuação, desenvolve esforços na direção do pequeno produtor rural, com objetivo definido de melhorar sua renda e qualidade de vida. Além disso, participa ativamente da capacitação do produtor na atividade de comercialização de hortigranjeiros com ênfase na padronização, classificação e embalagens de produtos, estimulando ainda o seu agrupamento em associações.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia e sua Controlada foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulamentações previstas na Lei 8.666/93 (“Lei das S/A”). As práticas contábeis no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;



Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Esse fato também exige que a administração da empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das Demonstrações Contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional") e estão sendo apresentadas em reais.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes permissionários e autorizados, através da celebração do Termo de Permissão Remunerada de Uso - TARU.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, consideramos no fim do exercício, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), que teve como base os títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias e os títulos com prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias dos clientes que possuíam títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, atendendo a determinação do CPC 48.



2.6. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para o consumo na operação e na administração da Sociedade.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.

2.8. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributárias) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor esteve sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações é provável.

2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com

itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas Leis Tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Sociedade atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.



As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Provisões para riscos processuais

A Sociedade é parte em alguns processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa/Fundo Fixo	18.430	19
Bancos Conta Corrente	195.332	5.486
Bancos Conta Especifica	-	1.427
Aplicações financeiras	884.507	723.863
Aplicações Financeiras Conta Especifica	705.158	710.560
	<u>1.803.428</u>	<u>1.441.354</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Os recursos constantes nas Contas Especificas são oriundas do Convênio celebrado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 001/2018 – SDA, para realizar ações de estruturação e manutenção física e tecnológica.

5. Contas a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Clientes	4.796.135	4.243.058
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa -PCLD	(2.640.476)	(2.044.070)
	<u>2.155.658</u>	<u>2.198.988</u>



Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Aging list	31/12/2020	31/12/2019
Titulos a vencer	1.580.595	1.259.614
Até 30 dias	46.163	339.570
De 31 a 60 dias	227.725	205.587
De 61 a 90 dias	158.546	159.034
De 91 a 180 dias	336.594	336.587
De 181 a 360 dias	457.412	453.152
Acima de 360 dias	1.564.221	977.760
Renegociações	424.878	511.753
	<u>4.796.135</u>	<u>4.243.058</u>

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes.

O registro da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) teve como base os títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias e os títulos com prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias dos clientes que possuíam títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

6. Créditos tributários

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	253.029	479.560
Bancos - Retenções	300.922	331.159
INSS a recuperar	3.393	3.393
PIS a recuperar	18	-
	<u>557.362</u>	<u>814.111</u>

7. Investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos Mantidos ao Custo	<u>42.916</u>	<u>42.916</u>
	<u>42.916</u>	<u>42.916</u>

Refere-se a investimento mantido na empresa OI S.A.. A Sociedade não mantém influência significativa sobre este investimento, em função disso, mantém ao valor de custo.

Rodovia Dr. Mendel Steinbruch, s/n – Pajuçara – Maracanaú – CEP:61930-000
 CNPJ: 07.029.051/0001-95 – CGF 06.932.828-5 – Caixa Postal 73011 – PABX: (85) 3299.1200
 FAX: (85) 3101.2901




8. Imobilizado

	31/12/2020		31/12/2019		Tx. Dep. Anual a.a.
	valor	(-) depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Bens em operação					
Terrenos	363.273		363.273	363.273	
Instalações	3.033.182	(2.003.401)	1.029.781	1.168.840	10%
Veículos	330.534	(328.504)	2.030	6.918	20%
Utensílios Copa e Cozinha	12.234	(6.167)	6.067	5.140	10%
Máquinas, equip. e ferramentas	252.730	(149.758)	102.971	102.814	10%
Móveis e utensílios	132.982	(79.326)	53.656	59.984	10%
Aparelhos de Telecomunicações	75.941	(71.504)	4.437	9.825	10%
Computadores e Periféricos	384.360	(356.395)	27.964	41.730	20%
Edificações	7.062.613	(4.409.102)	2.653.511	2.867.992	4%
Equipamentos e Sistema de Segurança	28.160	(4.291)	23.869	26.685	20%
Veículos aéreos não tripulados	-	-	-	10	20%
Obras em Andamento	1.927.981	-	1.927.981	-	
	<u>13.603.989</u>	<u>(7.408.448)</u>	<u>6.195.540</u>	<u>4.653.211</u>	

9. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo apresentava na rubrica o montante de R\$ 1.310.461,44 (dez/2019 R\$ 950.134).

10. Obrigações fiscais

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF a recolher	82.290	63.550
ISS a recolher	58.676	38.011
Pis e Cofins a recolher	161.817	141.436
Contribuições retidas	59.305	55.592
IRPJ e CSLL a recolher	228.639	-
	<u>590.727</u>	<u>298.588</u>



11. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
INSS a recolher	110.341	100.552
FGTS a recolher	34.856	32.114
INSS a recolher retenções	80.921	77.319
Remuneração Consad	3.330	3.330
Rescisões a Pagar	5.687	5.687
Pessoal Cedido a Pagar	7.591	
	<u>242.725</u>	<u>219.001</u>

12. Convênios

Os recursos constantes desta rubrica refere-se a obrigação relativa ao Convênio celebrado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 001/2018 – SDA, para realizar ações de estruturação e manutenção física e tecnológica.

13. Provisões Cíveis e Trabalhistas

A Sociedade é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões servem para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, e estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas. As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Sociedade estão provisionadas.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cíveis	47.827	30.923
Trabalhistas	2.727	43.215
	<u>50.554</u>	<u>74.138</u>

A Sociedade possui ações de natureza cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R\$ 1.132.582,16.



14. Empréstimo de Acionista

Valor referente aportes realizados pelo acionista majoritário, Governo do Estado do Ceará, em específico no exercício de 2012, cujo saldo permanece deste esta data, totalizando o montante de R\$ 1.610.771,68.

15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 totaliza 823.759 ações, todas de classe única, nominativas. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

Acionista	ON	Total	%Particip
Estado do Ceará	818.302	818.302	99%
BNDES	5.443	5.443	1%
Demais Acionistas Minoritários	14	14	0%
Total	823.759	823.759	100%

(b) Reservas legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social integralizado e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Não foi constituída Reserva Legal neste exercício, pois o saldo da mesma já corresponde a 20% do Capital Social Integralizado.

(c) Saldo à Disposição da Assembléia

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a realizar é criada somente depois de considerados os requisitos previstos no art. 30º do estatuto social da Companhia.

(d) Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.



DESCRIÇÃO	2020	2019
LUCRO LÍQUIDO APÓS DEDUÇÃO DO IR E CSLL	1.010.819	618.780
(-) COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS ACUMULADOS / AJUSTES EXERC. ANT.	-	-
(=) BASE P/ RESERVA LEGAL	1.010.819	618.780
(-) CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL	-	-
(=) LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	1.010.819	618.780
DIVIDENDOS A PAGAR 25% DO LLA	252.705	154.695

16. Receita líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de serviços	20.758.191	20.040.643
Recuperação de Despesas	5.231.705	4.456.696
Deduções da receita		
(-) Cofins sobre receita	(1.282.014)	(1.203.118)
(-) Pis sobre receita	(277.781)	(260.646)
(-) Descontos Incondicionais	(24.822)	(123.419)
	<u>24.405.279</u>	<u>22.910.155</u>

17. Custos dos serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
Custo com pessoal	1.565.058	1.495.007
Serviços prestados	8.105.927	7.672.897
Custo com Materiais	127.570	100.605
Outros Custos	142.930	153.319
	<u>9.941.485</u>	<u>9.421.828</u>

[Handwritten signature]

18. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com pessoal	6.317.933	5.521.853
Serviços prestados	5.503.370	5.996.628
Custo com Materiais	265.525	215.977
Depreciações	355.679	375.367
PCLD	596.406	297.926
Demais Despesas	20.394	37.505
	<u>13.059.308</u>	<u>12.445.257</u>

19. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receitas financeiras</u>		
Multas Contratuais	180.873	162.409
Rend. de aplicações financeiras	58.015	92.456
Outras receitas financeiras	13.763	
	252.651	254.865
<u>Despesa financeiras</u>		
Despesas Bancárias	82.571	74.488
Outras despesas financeiras	1.540	7.822
	84.111	82.310
	<u>168.540</u>	<u>172.555</u>

20. Impostos sobre a renda e contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Impostos Correntes</u>		
(-) Imposto de Renda	(472.506)	(322.089)
(-) Contribuição Social	(173.735)	(124.592)